

Capitalismo de acumulação flexível e as categorias gramscianas¹

José Antonio Spinelli – UFRN

Rubens Pinto Lyra – UFPB

RESUMO

Nesse artigo faz-se uma abordagem do pensamento e das categorias conceituais elaboradas por Antonio Gramsci para analisar as transformações recentes do capitalismo, na ordem econômica, política e cultural, com ênfase na dissolução das velhas relações de trabalho e seus impactos no pensamento e na política das esquerdas.

Palavras-chave: Antonio Gramsci. Hegemonia. Acumulação flexível. Trabalhadores.

ABSTRACT

In the article is made a boarding of the thinking and the conceptual categories elaborated by Antonio Gramsci to analyze the recent transformations of the capitalism, in economic, politic and cultural orders, with emphasis in the dissolution of the old work relations and it's impacts over the thinking and the left politics.

Keywords: Antonio Gramsci. Hegemony. Flexible accumulation. Workers.

Começaremos pela abordagem de algumas das principais categorias conceituais de Antonio Gramsci, seguida da análise de certas mudanças que atingiram o cerne do capitalismo e modificaram as condições de trabalho, as relações políticas, as perspectivas ideológicas e o pensamento de amplos setores da esquerda.

1 Esse artigo é uma versão modificada de nosso capítulo “Gramsci: o Estado como locus de hegemonia”, publicado em Lyra et al, 2006 e 2007.

A SOCIEDADE CIVIL AMPLIADA

A substituição do *État Gendarme* pelo *Welfare State* não pode ser dissociada do peso avassalador adquirido pelos *sujeitos coletivos* e pela massificação e diversificação da mídia no jogo do poder. O antigo “pluralismo de indivíduos atomizados”, característica típica do Estado liberal clássico, cede lugar, cada vez mais, nas modernas sociedades, ao “pluralismo de organismos de massa”. Este fenômeno social, surgido no bojo do “desenvolvimento objetivo do modo de produção capitalista”, expressa a socialização, em nível qualitativamente novo, da vida política. Isto se observa por manifestações como “os grandes sindicatos englobando milhões de pessoas, os partidos políticos operários e populares, legais e de massa, os parlamentos eleitos pelo sufrágio universal direto e secreto, os jornais proletários de imensa tiragem etc”. (COUTINHO, 1981, p. 90).

A complexificação da atividade econômica e social ensejou, mais recentemente, a criação de múltiplas formas de associação, com o surgimento de *sujeitos coletivos novos* que ampliaram ainda mais as formas de participação da cidadania no processo político: associações de moradores, entidades ecológicas, grupos de mulheres, de pessoas discriminadas pela sua opção sexual ou pela cor da pele, associações de aposentados, usuários, consumidores, mutuários e uma infinidade de outras do mesmo gênero.

Estes novos espaços de sociabilidade política constituem, junto com os sujeitos coletivos mencionados anteriormente, uma imensa teia de formas associativas que consolidam uma dimensão essencial de poder numa sociedade capitalista desenvolvida, situada entre a esfera econômica e o Estado: *a sociedade civil*.

Trata-se de uma esfera social nova, com raízes no mundo econômico, porém dotada de vida própria; disciplinada pelas leis do Estado, mas gozando de relativa autonomia face a ele. Este novo espaço associativo, *locus* privilegiado de formação e fixação de idéias, opiniões e comportamentos sociais, políticos e culturais é o terreno ético onde se moldam os valores das sociedades modernas. A denominada sociedade civil também engloba algumas instituições preexistentes que, hoje, diferentemente do passado, gozam de relativa autonomia face ao aparelho do Estado, como as escolas, as universidades, as igrejas e as mídias.

Pelo exposto, vê-se que a sociedade civil é o solo onde se enraízam e do qual brotam as práticas mais relevantes para a formação da vida política, e de onde emergem projetos de conservação e transformação social. Daí, ser ela o campo onde as classes disputam a hegemonia, isto é, onde os interesses em conflito buscam respaldo e legitimidade. Trava-se, portanto, no âmbito da sociedade civil, uma luta sem tréguas entre grupos portadores de interesses diferenciados e até antagônicos com vistas à aceitação de seus valores pela maioria da sociedade organizada.

O CONCEITO DE HEGEMONIA E O “ESTADO AMPLIADO”

A hegemonia pode ser definida como a capacidade que uma classe tem de – aliada a outras classes ou frações destas – conquistar, manter e ampliar sua esfera de liderança sobre a sociedade como um todo e “ativamente ajustar a vida econômica social e cultural; as instituições educacionais, religiosas e outras ao seu domínio” (COUTINHO, 1984, p. 90).

O conceito de hegemonia compreende *dois momentos*: o da *direção política* (formação da vontade coletiva) e o da *reforma intelectual e moral* (relativa à direção da sociedade), “em virtude da qual a classe dominante, ou aspirante ao domínio, consegue ser aceita como guia legítimo, constitui-se em classe dirigente e obtém o consenso ou a passividade da maioria da população diante das metas impostas à vida social e política de um país” (BELLIGNI, 1998, p. 580).

A hegemonia apresenta-se sob uma dupla face:

[...] como princípio de unificação dos grupos dominantes e, ao mesmo tempo, como princípio do disfarce do domínio de classe. Simetricamente, no bloco revolucionário [...] Hegemonia indica a transformação política, para além de todo particularismo e corporativismo, do interesse da classe operária em interesse geral de todos os explorados (BELLIGNI, 1998, p. 581).

Vê-se, pois, que a questão do poder nas sociedades modernas passa a ter uma dimensão predominantemente ideológica. Em outras palavras, as forças sociais que conquistarem as mentes e os corações no âmbito da sociedade se credenciam para disputar e obter o poder. Assim, é inviável que a classe dominante possa conservar por longo tempo a direção do Estado, nos países em que a sociedade civil é forte, se faltar a hegemonia.

Nesses países, a luta política

[...] não mais se trava entre, por um lado, burocracias administrativas e policial-militares que monopolizam o aparelho de Estado, e, por outro, exíguas seitas conspirativas que falam em nome das classes subalternas; nem tem como cenário principal os parlamentos representativos apenas de uma escassa minoria de eleitores proprietários (COUTINHO, 1994, p. 52).

Assim, surge “uma nova esfera pública ‘ampliada’, caracterizada pelo crescente protagonismo de amplas organizações de massa” (COUTINHO, 1994, p. 53).

A importância decisiva da sociedade civil como instrumento de conservação e de transformação da ordem social vigente fez com que Gramsci ampliasse o conceito de Estado, restrito, até então, aos organismos policial-militares e administrativos. Para ele, o Estado compreende a articulação dos organismos acima mencionados, que garantem as instituições mediante a coerção, com os “aparelhos hegemônicos” que compõem a sociedade civil. Ou seja, o Estado é a “hegemonia revestida de coerção”. Ambas as esferas servem para “conservar ou promover determinada base econômica, de acordo com os interesses da classe fundamental. Na sociedade civil, mediante a direção política e o consenso; na sociedade política, pela ditadura, quer dizer, pela dominação através da coerção” (COUTINHO, 1984, p. 61).

Deve-se observar, ainda, que a ampliação da noção de Estado vai além da formulação da teoria dos “aparelhos privados de hegemonia”. Segundo Coutinho (1994, p. 65), Nicos Poulantzas teria percebido que a intervenção estatal no campo econômico, “intervindo diretamente na reprodução do capital social global”, propicia ao Estado capitalista “boa parte dos seus atuais mecanismos de legitimação e de busca do consenso”.

A ampliação do Estado se manifesta, igualmente, na atuação do poder público na área social mediante a implementação de políticas de saúde, transporte, moradia, e na prestação de diversos serviços sociais destinados, sobretudo, a garantir a sobrevivência das classes subalternas e sua integração no sistema.

Enfim, a ampliação do conceito de Estado torna obsoleta a clássica definição deste como instrumento de repressão, aplicável apenas nos países mais atrasados, onde “o Estado é tudo” e a sociedade civil é uniforme e indistinta. Modernamente, o Estado deve ser entendido como *locus* de hegemonia. Isto é, como condensação material de uma correlação de forças na qual a classe detentora do domínio exerce, eventualmente mediante alianças com grupos subalternos, a sua hegemonia.

De acordo com esse entendimento, o Estado não representa de forma direta e imediata os interesses das classes dominantes, mas sim “o interesse político a longo prazo do conjunto da burguesia (o capitalista coletivo ideal), sob a hegemonia de uma das suas frações, atualmente, o capital monopolista” (POULANTZAS, 1978, p. 140).

A REVOLUÇÃO: PROCESSO DE CONQUISTA DA HEGEMONIA

Vimos, na seção precedente, que os novos espaços políticos e culturais conquistados pelas classes trabalhadoras deslocam a luta de classe da guerra civil, da oposição violenta e armada das vanguardas ligadas à classe trabalhadora, para o terreno da luta política e ideológica. Luta esta que se dá em nível da conquista do poder de Estado *stricto sensu* mediante processos eleitorais e, em nível ideológico, na disputa pela hegemonia.

Diferentemente de Lênin, que considera o momento da força “primário e decisivo”, para Gramsci (apud COUTINHO, 1981, p. 198): “Um grupo social pode e mesmo deve ser dirigente já antes de conquistar o poder governamental [...]; depois, quando exerce o poder, e mesmo que o conserve firmemente nas mãos, torna-se dominante, mas deve continuar a ser também ‘dirigente’”.

Se para galgar o poder a classe operária necessita, antes, tornar-se hegemônica, então a ênfase deve ser dada à luta ideológica que visa conquistar – através de um trabalho de formiga, contínuo, árduo e prolongado – a sociedade civil para as propostas de mudança social. Trata-se, na verdade, de levar a cabo uma verdadeira revolução cultural que transforme os valores prevalecentes no capitalismo numa nova concepção do mundo, identificada com os ideais libertários do socialismo.

Esta concepção de tomada do poder, que visa à construção de uma nova hegemonia político-ideológica², tem importantes desdobramentos estratégicos. Ela contém a negação explícita do adestramento para a revolução baseado na organização político-militar dos setores mais combativos do proletariado, a quem caberia deflagrar um processo insurrecional com vistas à liquidação do aparato burocrático-repressivo e da “legalidade burguesa”.

Para Gramsci, nas sociedades mais desenvolvidas, a construção do socialismo não se fará mediante o choque frontal entre o proletariado e o Estado, com o colapso repentino do sistema capitalista, nem se dará “através de um ou mais fatos, concentrados no tempo e no espaço” (AMÊNOLA apud COUTINHO, 1981, p. 114). Gramsci considera superada tal estratégia, própria de “um período histórico no qual não existiam ainda os grandes partidos de massa e os sindicatos econômicos, estando a sociedade,

2 No que se refere à abrangência do conceito em pauta, notamos que, para Lênin, a entidade portadora da hegemonia é o partido, enquanto para Gramsci é toda a sociedade civil, mesmo se o partido nela desempenha uma função primordial. Por fim, com relação à função, Lênin enfatiza a formação de uma vontade política capaz de criar um novo aparelho estatal. Já Gramsci entende que a hegemonia se efetiva também com a difusão e a realização de uma nova concepção do mundo (BOBBIO, 1982, p. 47-48).

por assim dizer, em estado de ‘fluidez’ sob muitos aspectos” (COUTINHO, 1981, p. 206). A crescente complexificação da vida social e política torna as estratégias de cunho essencialmente militar ultrapassadas pela fórmula *hegemonia civil*, isto é, pela revolução como processo de conquista de uma nova hegemonia. Trata-se de empreender uma “longa marcha” através das instituições da sociedade civil, num “multiforme e prolongado processo de transformação revolucionária da sociedade” (AMÊNDOLA apud COUTINHO, 1981, p. 114).

A estratégia de Gramsci não parece conflitar com a teoria da dualidade de poderes visto que a luta pela hegemonia, no seu entendimento, será levada a cabo, de fora e contra o aparelho de Estado *stricto sensu*.

Mas, com base na concepção gramsciana de hegemonia, vários autores que se reclamam de suas idéias, entre eles Togliatti e Poulantzas, incorporaram novos elementos à estratégia gramsciana, oriundos da *práxis* desenvolvida por socialistas e comunistas à frente do Estado capitalista (em nível local, regional e nacional) que teve início após a Segunda Guerra Mundial, com a participação dos comunistas nos governos dos principais países europeus. Tal *práxis* abriu novos espaços à *guerra de posições*³ para a obtenção da hegemonia, que hoje se ampliam até alcançar o próprio aparato administrativo do Estado *stricto sensu*, também “penetrado”, ainda que sob a hegemonia burguesa, pelos interesses das classes dominadas. A participação popular na gestão pública, com o compartilhamento do poder entre o Estado e a sociedade, é o exemplo mais recente, e de grande impacto, dessa penetração.

Desta forma, deixa de existir o antagonismo absoluto entre órgãos forjados pelos trabalhadores para construção de uma nova hegemonia (sindicatos, partidos, conselhos populares, comitês de fábrica) e o aparelho de Estado. Conseqüentemente, perde sentido a estratégia, que foi possível Gramsci visualizar à sua época, de cerco do Estado pela sociedade civil, até seu completo desmoronamento.

Togliatti e Poulantzas convergem no entendimento de que o problema essencial do socialismo consiste em “conceber uma transformação radical do Estado mediante a articulação entre a ampliação da democracia representativa (que foi também conquistada pelas massas populares) e o desenvolvimento da democracia pela base, com a proliferação de focos autogestionários” (POULANTZAS, 1978, p. 285).

Da mesma forma, não cabe esperar que essa “transformação radical” ocorra para se proceder a reformas na sociedade e Estado capitalistas. Tais reformas, assim como o encaminhamento de

3 Guerra de posição: estratégia que objetiva realizar mudanças “moleculares” progressivas, durante um longo período “ao fim do qual a guerra de posição se transforma em guerra de manobra”. Ou seja, mudanças que permitirão o “ataque final” – a mudança radical na relação entre dominados e dominantes (GRAMSCI apud NASCIMENTO, 1983, p. 32).

transformações da sociedade no sentido democrático e socialista, “não podem e não devem ser adiadas para a hora da conquista do poder pela classe operária e seus aliados, mas “podem e devem ser buscadas com objetivos concretos e realizáveis, a serem atingidos pela luta econômica e política dos trabalhadores” (TOGLIATTI apud COUTINHO, 1981, p. 103).

Todavia, esta estratégia contra-hegemônica, voltada diretamente para a construção de uma alternativa socialista, foi vulnerada pelo vendaval proveniente do Leste Europeu, que contribuiu decisivamente para o fortalecimento do sistema capitalista, na sua fase neoliberal.

Um fator decisivo para a perda de credibilidade da proposta socialista foi a inevitável identificação que se estabeleceu entre os regimes do Leste, economicamente atrasados e politicamente autoritários, com o socialismo *tout court*. Com efeito, mesmo os socialistas mais críticos desses regimes os consideravam socialistas, ainda que deformados pelos privilégios da burocracia e pela restrição às liberdades democráticas, neles vigentes. Aliás, até hoje, os marxistas e as correntes políticas sob sua influência continuam devendo, a respeito, uma autocrítica digna deste nome.

Na esteira da *débâcle* do Leste Europeu, uma das inovações mais significativas foi a metamorfose da maioria dos partidos comunistas em partidos socialistas moderados, a exemplo do Partido Comunista Italiano (PCI) – nos anos setenta, o mais importante do mundo ocidental. O PCI, em 1991, transmudou-se em Partido da Esquerda Democrática (PDS) e, desde então, chegou a integrar a coalizão de partidos que governou a Itália por alguns períodos.

Adota, contudo, uma linha política democrática e social, sem veleidades “contra-hegemônicas”, como quase todos os partidos socialistas o fazem, atualmente, na Europa. Segundo Coutinho, a única exceção importante seria o Partido Socialista Francês, que ostenta propostas de cunho socializante no seu programa de governo (COUTINHO, 2000, p. 76-78). O recuo estratégico dos partidos da esquerda europeia e as vitórias obtidas pelos socialistas, nos últimos anos, na América Latina – além de experiências inovadoras, como o Orçamento Participativo –, faz com que eles apostem, atualmente, na possibilidade de, a curto ou médio prazo, implementarem, nesse continente, mudanças sociais e políticas que ponham em xeque a hegemonia neoliberal.

O BLOCO HISTÓRICO: NÚCLEO IRRADIADOR DA HEGEMONIA

Para construir a hegemonia, e assim obter a liderança sobre a maioria da sociedade, a classe trabalhadora deve quebrar o seu isolamento em relação aos grupos sociais cujos interesses tenham afinidade com os seus. Com efeito, “o proletariado pode se tornar classe dirigente na medida em que consegue criar

um sistema de alianças que lhe permite mobilizar contra o capitalismo e o Estado burguês a maioria da população trabalhadora” (GRAMSCI apud COUTINHO, 1981, p. 55, nota 31).

Torna-se então indispensável que o mundo do trabalho consiga soldar um *bloco histórico*⁴, ou seja, uma articulação de forças políticas e sociais que têm como cimento a ideologia e como objetivo a transformação ou a mudança de determinadas relações de produção. Este bloco histórico deve configurar uma real alternativa ao bloco hegemônico pela burguesia e incorporar o maior número de setores sociais cujos interesses sejam compatíveis com os da classe trabalhadora.

Desta sorte, qualquer projeto de transformação política só terá chances de êxito, nas sociedades capitalistas modernas, se englobar, sob a hegemonia das classes obreiras, camponeses e pequenos proprietários urbanos e rurais, profissionais liberais e autônomos, setores majoritários das classes médias, estudantes, desempregados etc. A viabilização de um bloco histórico progressista depende, em primeiro lugar, do estudo e da compreensão da realidade nacional em toda sua complexidade. Em seguida, da conquista da autonomia dos trabalhadores. Por último, da “capacidade [desta classe] de elaborar de modo homogêneo e sistemático uma vontade coletiva nacional-popular; e só quando se forma essa vontade coletiva é que se pode constituir e cimentar um novo ‘bloco histórico’ revolucionário [...]” (COUTINHO, 1981, p. 120).

Conforme pontua Coutinho (1981, p. 120): “A construção homogênea dessa vontade coletiva é obra prioritária, segundo Gramsci, do partido político” [revolucionário]. A este núcleo central do poder hegemônico caberá o papel de catalisador das aspirações manifestadas pelas diversas organizações operárias e populares. Graças à mediação do partido, tais organismos “tornam-se as articulações do corpo unitário do novo ‘bloco histórico’”.

Outrossim, o compartilhamento do poder de Estado com a sociedade dilui as fronteiras entre ambos, gerando, nesse processo, uma nova espacialidade pública: não-estatal, híbrida ou paraestatal.

Destarte, criam-se as condições para que a classe trabalhadora assuma, com propostas e ideário próprios, elaborados com os seus aliados, e consubstanciadas em um projeto nacional-popular, a liderança da sociedade e o seu comando político.

Para alcançar este objetivo, essa classe terá que se despojar de vários cacoetes e deformações que sua prática política e sindical acumulou ao longo do tempo. Um deles é o sectarismo, isto é, a política

4 O bloco histórico, na sua concepção mais abrangente, engloba a infra-estrutura e superestrutura de uma formação social determinada. “Dito de outra forma, o conjunto das relações sociais de produção”. GRAMSCI citado por Bononi (1975, p. 112).

do “tudo ou nada”, os golpes de mão, as posições maximalistas, marcadas pelo caráter “puro e duro” de uma linha doutrinária e programática considerada expressão da verdade absoluta face a todas as demais análises e posições, supostamente contaminadas pelo vírus do “reformismo”, ou pela “traição” pura e simples.

Outro vício maior é o corporativismo, que fragmenta a classe trabalhadora, impedindo-a de construir uma proposta global para a sociedade. Como explica Gramsci, “o proletariado só poderá desenvolver um rico espírito de sacrifício se for capaz de se libertar completamente de todo resíduo corporativo” (apud COUTINHO, 1981, p. 15).

Por isto, o projeto nacional-popular só se concretizará quando o proletariado “tornar-se protagonista de reivindicações de outros estratos sociais de modo a unir em torno de si esses estratos, realizando com eles uma aliança na luta contra o capitalismo e, desse modo, isolando o próprio capitalismo” (COUTINHO, 1981, p. 190).

AS MUDANÇAS RECENTES DO CAPITALISMO

De meados dos anos 70 do século passado até os dias atuais o capitalismo foi atingido por um processo de transformações estruturais que alteraram profundamente a sua fisionomia. Após os “30 anos gloriosos” de crescimento praticamente ininterrupto da economia capitalista mundial, que se sucedem à Segunda Grande Guerra, tem-se um período mais ou menos prolongado de desaceleração e crise, marcado pela redução das taxas de crescimento, inflação, desemprego e crise fiscal do Estado de Bem-Estar.

Há um relativo consenso entre os estudiosos acerca de certas mudanças ao nível do processo de acumulação. Uma nova revolução tecnológica estaria em curso, traduzindo-se numa integração cada vez mais íntima do conhecimento científico e técnico ao processo de produção. Embora essa tendência – a da integração da ciência ao processo produtivo – seja parte da própria essência do modo de produção capitalista, ela vem assumindo, nas últimas décadas, uma radicalidade inédita⁵.

5 Isso pode ser apreendido na observação de um dos mais argutos analistas da revolução técnico-científica recente: “Pela primeira vez na história, a mente humana é uma força direta de produção, não apenas um elemento decisivo no sistema produtivo” (CASTELLS, 1999, p. 51).

Os avanços nos campos da informática, da microengenharia, da biotecnologia, da robótica, da nanotecnologia redefinem a função do trabalho humano na produção⁶. O processo de automação da produção industrial e agrícola recebe impulsos poderosos. A ciência, o conhecimento e a técnica convertem-se de forma acelerada em força produtiva direta e a imagem clássica do operário, do trabalhador coletivo da era fordista vai se esmaecendo.

O novo modo de produzir se caracteriza pelo que alguns autores chamam de “acumulação flexível”: unidades de produção menores e deslocáveis, produção *just in time*, respostas rápidas às exigências do mercado, capacidade de adaptação e mudança, terceirização de atividades etc. Isso, no entanto, é apenas uma parte das transformações mais visíveis. Expressões como “sociedade pós-industrial”, produção de “bens simbólicos” etc. talvez mais confundam que esclareçam as nossas mentes.

Do ponto de vista político esse período coincide com o desmoronamento do comunismo de tipo soviético⁷, simbolizado pela desagregação da União Soviética e a queda do Muro de Berlim. Nos países do Ocidente democrático e desenvolvido os partidos social-democratas e socialistas conhecem uma fase de declínio e derrotas eleitorais e assiste-se à ascensão da “nova direita” representada pelos governos Reagan (Estados Unidos) e Thatcher (Reino Unido). Nos países da esfera do antigo “socialismo real” situados no Leste Europeu os governos comunistas são substituídos por governos liberais que privatizam suas economias e buscam integrá-las ao mercado mundial capitalista.

Em certos países da periferia europeia (Grécia, Portugal) e da América Latina faz-se a difícil travessia de regimes autoritários para a democracia. Esses processos de transição para a democracia⁸ assumem aspectos diferenciados conforme a região (Leste Europeu, Sul da Europa, América Latina). No caso latino-americano, em particular, os novos regimes democráticos tiveram de se confrontar com a tarefa contraditória de responder às reivindicações por maior distribuição da riqueza num ambiente de estagnação econômica, hiperinflação, queda das exportações, redução do emprego etc.

A isto se somavam as pressões dos organismos internacionais de regulação financeira e comercial (BIRD, FMI, OMC) para obrigá-los ao pagamento de uma dívida externa que crescia de forma incontrollá-

6 Castells, citado, faz uma descrição interessante dessas inovações tecnológicas e de suas conseqüências sociológicas.

7 Não podemos resistir à tentação de citar, nessa altura, Eric Hobsbawm (1992, p. 103): “O principal efeito de 1989 é que o capitalismo e os ricos pararam, por enquanto, de ter medo”.

8 V. Linz e Stepan (1999).

vel, abrir seus mercados financeiros⁹, desregular seu comércio exterior e reestruturar seus Estados. Esses princípios foram sistematizados no chamado “Consenso de Washington” que os governos dos países centrais, os órgãos multilaterais e seus técnicos e consultores procuraram impor como uma bíblia às nações da periferia.

O Brasil, o México, a Argentina, a Rússia e outros países enfrentaram prolongada crise recessiva¹⁰ e crises financeiras recorrentes¹¹ com efeitos diferenciados segundo o país, conforme seu maior ou menor grau de abertura comercial e financeira, a estrutura de sua economia real, a posse de divisas etc.

Simultânea e sucessivamente, como já indicamos acima, a economia mundial capitalista experimenta um amplo processo de reestruturação produtiva decorrente de mudanças estruturais de envergadura que afetam o estilo de acumulação e a relação capital/trabalho.

Essa nova fase do capitalismo¹² é caracterizada pela “acumulação flexível” e pela mundialização do capital iniciada na década de 1980. O intenso processo de revolução científica e tecnológica que a particulariza, entre outras coisas, produz efeitos pertinentes na organização da produção, na gestão da força de trabalho e no cotidiano.

A mundialização do capital indica tanto a capacidade dos grupos oligopólicos de adotar uma estratégia “global”, como a integração dos mercados financeiros que resulta da liberalização e desregulamentação dos mercados financeiros nacionais e da interligação em tempo real permitida pelas novas tecnologias informacionais e das comunicações por satélite e a cabo (CHESNAIS, 1996, p. 17).

A mobilidade do capital, propiciada pelas políticas de liberalização, confere ao mesmo a liberdade de escolher “quais os países e camadas sociais que têm interesse para ele”. Esses “critérios de seletividade” conduzem à “desconexão forçada” de regiões inteiras dentro de países e até de continentes (África) com “retrocesso econômico, político, social e humano” (CHESNAIS, 1996, p. 18).

9 “A reforma real do Estado é outra. Ela começa com a abdicação da moeda nacional, uma condição para a globalização” (OLIVEIRA, 1999, p. 74).

10 A década de 80 ficou conhecida no subcontinente latino-americano, do ponto de vista do crescimento econômico, como a “década perdida”. V. dados do PIB latino-americano.

11 V. Chesnais, 1996.

12 O termo “globalização” usado para descrever esse período tem dominado certa literatura econômica e sociológica e foi incorporado pelo vocabulário midiático/jornalístico; concordamos com Chesnais (1996), que alerta para as armadilhas ideológicas contidas em certas palavras, e preferimos o termo francês “mundialização” usado por cientistas sociais de orientação mais crítica.

Tais processos também atingem os Estados nacionais e “acentuam os fatores de hierarquização entre os países”, redesenhando a geopolítica mundial.

A hegemonia norte-americana acentua-se em decorrência de sua posição militar e de seu domínio no terreno do capital financeiro, o que lhes permitiu compensar a perda de competitividade de sua economia nos anos 80 e impor aos outros as regras do jogo mais convenientes aos seus interesses, “calçadas nas necessidades do capital financeiro de características rentistas” (CHESNAIS, 1996, p. 19).

O que há de irreversível na mundialização? Para Chesnais (1996), a internacionalização das forças produtivas e a interconexão das economias constituem um novo patamar de desenvolvimento. Porém, o mesmo não se dá no campo das finanças. Aqui, como demonstra a história passada (a economia mundial no período imediatamente anterior ao *crash* de *Wall Street*), é possível regulamentar o capital e submetê-lo a regras mais civilizadas e ao controle das autoridades políticas e monetárias (CHESNAIS, 1996, p. 20).

Chesnais (1996) duvida que o G-7¹³ tome medidas efetivas para controlar a autonomia do capital financeiro ou que as grandes corporações assumam a iniciativa de reduzir a jornada de trabalho para 35 ou 30 horas semanais (CHESNAIS, 1996, p. 320-321).

Portanto, qualquer mudança nesse terreno, no sentido de um controle maior sobre o capital rentista, deve vir de baixo: dos movimentos antiglobalização, dos governos das nações da periferia do capitalismo, do movimento sindical, dos pequenos agricultores e camponeses, de pequenos e médios empresários etc.

A essa extrema mobilidade do capital na esfera financeira corresponde uma capacidade nova de deslocamento das empresas industriais e de serviços e um novo modo de gestão da força de trabalho. A era fordista que regeu as relações de trabalho durante o período pós-Segunda Guerra Mundial vai sendo parcialmente substituída pelo toyotismo, que representa uma nova forma de gestão do trabalho adequada à nova base informacional da produção. O fordismo, segundo Lipietz (1991, p. 29), “era o acoplamento do taylorismo com a mecanização”. Produção padronizada, separação completa entre trabalho intelectual e trabalho manual, controle de tempos e movimentos (taylorismo) e o compromisso social-democrata constituíram as bases da era de bem-estar que começa a ruir nos anos 70 do século passado.

O fordismo foi bem mais que uma simples modalidade de relações trabalhistas:

13 Grupo dos sete países mais ricos do mundo, constituído por Estados Unidos, Japão, Alemanha, Reino Unido, França, Itália e Canadá.

O que havia de especial em Ford [...] era a sua visão, seu reconhecimento explícito de que produção de massa significava consumo de massa, um novo sistema de reprodução da força de trabalho, uma nova política de controle e gerência do trabalho, uma nova estética e uma nova psicologia, em suma, um novo tipo de sociedade democrática, racionalizada, modernista e populista (HARVEY, 1992, p. 121).

Diferentemente do fordismo, que pressupunha uma separação rígida entre planejamento/direção e execução, que intentava reduzir o trabalhador a um autômato, o toyotismo pressupõe o trabalho em equipe, polivalente, multifuncional e qualificado, dentro de uma estrutura menos hierarquizada, mais horizontal e integrada (ANTUNES, 1999, p. 52). Seu objetivo é reduzir o tempo de trabalho, eliminar o trabalho improdutivo, “enxugar” a produção, extinguir postos de trabalho.

Se o operário da era fordista entregava seu corpo ao capital, o operário da era toyotista empenha também sua alma, doando ao capital suas energias cognitivas, seus conhecimentos e experiência prática (“saber de experiência feito” – Camões), sua energia emocional: o trabalho em equipe, a “participação” introduzida pela gerência toyotista requer “envolvimento” do trabalhador.

A fragmentação e segmentação da classe trabalhadora assume proporções antes inimagináveis: por um lado, uma pequena elite de “analistas simbólicos”, expressão utilizada por Rifkin (1995), de trabalhadores altamente qualificados, operando equipamentos de alta tecnologia; de outro lado, um vasto subproletariado precarizado, desprovido dos direitos trabalhistas básicos, submetido a empregos temporários, informais, *part time* etc. São os imigrantes do Terceiro Mundo, minorias étnicas, jovens, mulheres, trabalhadores sem qualificação e outros.

Alguns autores (Gorz, Offe, Habermas entre muitos outros) entreviram na produção flexível de base informacional a falência da utopia de um autogoverno dos trabalhadores; a sociedade do trabalho teria chegado ao fim, o trabalho abstrato não seria mais o fundamento sólido da produção (HABERMAS, 1987). A isso se pode responder o que disse Kurz (2005): “nenhum trabalho é ‘imaterial’, tampouco o trabalho nos setores da informação e do ‘conhecimento’; sempre se trata da combustão de energia humana”.

Analistas das mais variadas tendências proclamam a morte da luta de classes. Mesmo críticos intransigentes das orientações pós-modernistas, como Robert Kurz, acreditam que a teoria do valor-trabalho e a luta de classes pertencem a uma época superada. Contra tal visão, acreditamos que as categorias fundamentais do modo de produção capitalista continuam de pé: a propriedade privada dos meios de produção, o mercado, o lucro como motor da atividade econômica, o trabalho abstrato como fundamento do valor, a exploração do trabalho etc.

Porém, o modo de desenvolvimento baseado nas tecnologias informacionais, na robótica, na biotecnologia; a produção flexível que substituiu a linha de montagem fordista pelas equipes de trabalho do toyotismo; a crise da social-democracia, os avanços da nova direita, a hegemonia ideológica do neoliberalismo; a abertura e desregulamentação dos mercados em escala “global”; a extraordinária fluidez do capital, proporcionada não só pelas novas tecnologias, mas também pela preponderância de uma lógica de acumulação comandada pelo capital financeiro (CHESNAIS, 1996) – todos esses fenômenos alteraram profundamente a composição da classe trabalhadora e a reduziram a “migalhas”.

Ricardo Antunes (1999) alerta para esse processo de fragmentação e fracionamento dos trabalhadores que produz a falsa impressão de que o trabalho tornou-se uma categoria residual. Ao contrário do que supõe uma observação desatenta, ou enviesada, os trabalhadores são, hoje, a grande maioria da população mundial.

À imagem um tanto estereotipada do trabalhador que o concebe como o operário-massa, o operário manual da indústria taylorista-fordista, deve-se pensar na “classe-que-vive-do-trabalho” no espírito da proposta de Antunes (1999, passim): não apenas os trabalhadores da indústria, o proletariado rural e os assalariados do setor de serviços, mas também o subproletariado precarizado, os trabalhadores *part time*, os terceirizados, os sub-empregados de todo tipo, os trabalhadores do setor informal – enfim, todos aqueles que vendem sua força de trabalho ao capital ou caem na dependência estrutural do capital.

No Brasil, país de industrialização retardatária¹⁴ da periferia do capitalismo, só em torno da segunda metade do século passado começa a se constituir uma classe operária moderna, com a implantação da grande indústria de base e do setor automobilístico/metalúrgico. Tal processo foi intensificado nos “50 anos em 5” da era Kubitscheck (1955-60) e ganharia novo impulso na época do “milagre econômico” (1968-73), durante a ditadura militar.

Essa é a raiz do “novo sindicalismo” surgido no eixo do ABC paulista e da região de Contagem/MG, que daria origem à Central Única de Trabalhadores (CUT) e ao Partido dos Trabalhadores (PT), mas também a uma vertente de “sindicalismo de resultados” de tom mais conservador, representada pela Força Sindical e o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) (este último recebendo a influência inicial do PCB, já em franco declínio nos anos 70).

Vieram os anos 80, a “década perdida” latino-americana, a crise da dívida externa, estagnação econômica e hiperinflação. Esse é também o período de transição para a democracia que desembocaria

14 A propósito do conceito de “industrialização retardatária” consulte-se Mello (1982).

na elaboração da Constituição de 1988, dita “Constituição-cidadã”. Período contraditório, durante o qual, de um lado, se acumulam reivindicações por democracia, participação, reformas, liberdades, direitos sociais; e, de outro lado, o peso da crise econômica limita o alcance das medidas redistributivas intentadas.

Os anos 90 iniciam-se sob perspectivas otimistas pela realização das primeiras eleições diretas para a presidência da República desde 1960 (a eleição foi em 1989), porém marcam uma firme guinada da política interna para o campo do neoliberalismo, sob as presidências Collor, Itamar e Fernando Henrique Cardoso (1990-2002).

Dá-se início a um movimento de liberalização do comércio exterior, de ampla privatização do setor produtivo estatal, de reestruturação do Estado, de revisão dos direitos sociais garantidos pela Constituição recentemente aprovada (o tema da reforma constitucional é levantado pelos partidos que assumem a agenda neoliberal, particularmente o PSDB e o PFL), de “flexibilização” das relações de trabalho.

Quando, após 12 anos de governos neoliberais, o PT chega ao poder, elegendo sua maior liderança, Luís Inácio Lula da Silva, à presidência da República, o movimento sindical e a esquerda estão desgastados pelos reveses do socialismo e da social-democracia em escala mundial. A isso se somam a crise econômica e a reestruturação produtiva do capitalismo que, durante mais de uma década, extinguiram postos de trabalho, aumentaram as filas dos desempregados, multiplicaram o emprego informal e de tempo parcial, alastraram a precarização no mundo do trabalho e fizeram crescer as multidões de “desfilados”¹⁵ nas periferias das grandes e médias cidades do país.

Os sucessos da gestão macroeconômica do Partido dos Trabalhadores¹⁶ e a inegável popularidade do presidente Lula entre os subalternos não permitem esquecer que a estratégia adotada pelo governo não desenha no horizonte o esboço firme de uma alternativa socialista, mesmo no longo prazo. Esses problemas têm dividido as correntes de esquerda do país e os intelectuais. Recentemente, o sociólogo Francisco de Oliveira disse que “o papel transformador do PT se esgotou” (SILVA; CARIELLO, 2006).

15 O conceito de “desfilados” vem de Robert Castel (1998).

16 Entretanto, a vulnerabilidade externa da economia persiste, embora esteja afastado o risco de uma catástrofe iminente; aliás, nesse quadro, as variáveis principais estão fora do controle de um governo de país periférico, ou mesmo de um só país, mesmo que seja um dos “grandes”, ou de um pequeno grupo deles; o único grupo forte que teria poderes para impor restrições ao capital financeiro seria o G-7, mas nada indica que suas autoridades políticas e monetárias pretendam avançar nessa questão.

Nessa medida, pergunta-se: o PT, como tantos partidos de esquerda pelo mundo afora, estaria fadado a “regressar à forma de circulação burguesa”? (KURZ, 1997, p. 292).

AS CHANCES DE UMA ESTRATÉGIA CONTRA-HEGEMÔNICA

Essas transformações recentes do capitalismo em escala mundial têm implicações profundas também no campo da política: trata-se daquilo que Mészáros (2006) chama de “crise estrutural da política” e que atinge a representação partidária, o parlamento e a autonomia (relativa) do Estado face aos grandes interesses corporativos, minando até mesmo sua função de “capitalista coletivo ideal”.

Nesse sentido, assume relevo a observação de Kurz (1997, p. 304) de que as corporações empresariais limitam-se ao cálculo econômico-empresarial imediato, sem visão da sociedade como um todo e sem levar em conta os interesses da futura valorização do capital, lançando-se numa espécie de impulso suicida.

Francisco de Oliveira também toca nessa questão ao apontar a quebra das identidades de classes (e de sua representação partidária) e a impotência dos governos nacionais frente ao processo de autonomização do capital financeiro.

Trata-se de uma crise estrutural do metabolismo do capital, conforme Mészáros (2006), mas é preciso levar em conta que os trabalhadores e o conjunto das classes subalternas são parte dessa crise.

Como enfrentar tal crise na perspectiva dos referidos sujeitos sociais e dos despossuídos de todas as categorias? A política ter-se-ia tornado irrelevante, as identidades de classe teriam se desmanchado no ar frente ao movimento conjunto da mundialização, da reestruturação produtiva, do ajuste neoliberal?

Será possível articular em torno do eixo de classe a variedade das situações de subalternidade no capitalismo contemporâneo? O projeto socialista¹⁷ ainda pode fascinar movimentos tão distintos como o da antiglobalização, o feminista, o ecológico, o dos homossexuais, o das minorias étnicas e outros? O que há de comum nesses movimentos, uns de clara vocação universalista, outros com um profundo viés identitário?

17 Reportemos aqui a bela definição de socialismo de Ahmad (1999, p. 65), como um *desejo* de construir “civilizações de igualdade universal e multinacional”.

A isso se pode responder, à maneira pós-modernista, com um “pluralismo radical”, com uma negação da universalidade (a crítica das “grandes narrativas”, da razão, dos direitos universais) e uma afirmação concomitante dos direitos absolutos das identidades em sua face contingente e intransitiva. Nesse ponto, o impasse é total: “[...] se, na construção de sua identidade, eu não tenho direitos de cognição, participação ou crítica, então sobre que base você pode pedir minha solidariedade [...]” pergunta Ahmad (1999, p. 71).

Não se trata, evidentemente, de subsumir tudo no conceito de classe, mas de concebê-lo como um eixo transversal que atravessa a multidão de conflitos que movimenta a sociabilidade capitalista contemporânea. Já muito se falou do mito da perda de centralidade do trabalho na sociedade “pós-industrial”. Não vamos insistir nesse aspecto.

O importante, nesse momento, é avançar na discussão acerca de como articular um “bloco histórico” renovado, capaz de articular a pluralidade de sujeitos que se interpõem nos interstícios da universalidade abstrata e formal da “globalização”, calcada na imposição da forma mercadoria, e integrá-los no projeto de construção ativa de uma nova sociabilidade universal, mas aberta às especificidades, igualitária, mas plural no reconhecimento da diversidade.

Todavia isso só será possível a partir de uma crítica radical ao sistema capitalista que aponte a sua superação prática; crítica prático-teórica que não pode prescindir do sonho, da utopia. “Um movimento que não tem sonhos não é mais um movimento”, disse Kurz (1997, p. 302). Contra a tese do “esgotamento das energias utópicas” e seus correlatos pós-modernos do “eterno retorno do poder”, dos “sempre mesmos ciclos de poder das sempre novas formações discursivas” (HABERMAS, 1987, p. 105) é preciso opor a utopia concreta do autogoverno dos produtores.

A noção ampliada de classe trabalhadora exige que se vá além tanto da teoria tradicional da estratificação como do âmbito imediato da produção e exploração. Ellen Wood propõe entender o conceito de classe social “como processo e como relação” tal como formulado por Edward Thompson e sugere que se recorra à noção de “experiência” desenvolvida pelo mesmo autor. Essa última noção permitiria fazer a necessária mediação entre a consciência e o ser social e distinguir a consciência de classe (forma de auto-identificação ativa) de outras formas de consciência entremeadas nas situações de classe, mas não redutíveis a elas imediatamente.

Isso permitiria colocar a questão da hegemonia num terreno certamente mais ampliado, mais aberto e inclusivo. O que pressupõe, necessariamente, que os intelectuais abdicuem de sua habitual arrogância, da sua tola pretensão de serem os “grandes timoneiros” da consciência histórica.

A esse respeito, Wood (2003), desenvolvendo sugestões contidas nas obras de Eduard Thompson e Raymond Williams, dirige uma crítica ao “marxismo ocidental”¹⁸ pela forma como esse aborda a complexa questão da hegemonia. Os teóricos da citada corrente de pensamento marxista do século XX tendem a considerar as classes populares e a classe operária como inteiramente permeáveis à ideologia dominante e incapazes de superar os limites da falsa consciência.

Nesse sentido, para eles, fecha-se o horizonte à possibilidade de uma consciência popular anti-hegemônica ou contra-hegemônica, a qual só estaria aberta a “intelectuais de espírito livre”. A essa atitude Wood chama de “substitucionismo” que conduz diretamente a uma propensão ao pessimismo e ao desprezo pela massa popular “alienada”. Implica também num abandono da política de classe e em seu recurso pós-marxista da política do “discurso” (WOOD, 2003, p. 96).

Gramsci (2001, p. 248), nos anos 30 do século passado, fala do americanismo como uma forma de hegemonia que brota diretamente das fábricas e utiliza-se de “uma quantidade mínima de intermediários profissionais da política e da ideologia”. Tratar-se-ia de uma sociedade “racionalizada” em que as estruturas dominam imediatamente uma superestrutura “reduzida”.

A situação atual do capitalismo exhibe, aparentemente, uma condição exatamente oposta à descrita por Gramsci do capitalismo norte-americano das primeiras décadas do século XX: hoje há um extraordinário florescimento das superestruturas, uma sociedade “pós-industrial” que produz bens simbólicos em profusão, um aumento crescente de profissionais da ideologia e da política.

Mas, há um ponto geralmente negligenciado pelos teóricos pós-modernos e que, em certa medida, preserva a atualidade da análise gramsciana: a racionalidade abstrata da mercadoria nunca colonizou tão amplamente o mundo das superestruturas como nessa fase mundializada de acumulação flexível.

O processo de alienação e estranhamento característicos da produção capitalista de mercadorias, voltada para a valorização do capital, assume novos patamares com a produção flexível ou toyotizada.

Os efeitos combinados da desestruturação do “socialismo realmente existente”, da crise do Estado de bem-estar, da reestruturação produtiva do capital, da fragmentação da classe trabalhadora (subproletarização, desemprego de massa, trabalho de tempo parcial, superexploração de imigrantes e mulheres, desemprego de jovens e “velhos” etc.) exerceram sobre o movimento socialista e operário uma reação de profundo refluxo.

18 Ela está pensando aqui na Escola de Frankfurt, em Althusser e no marxismo inglês dos anos 50.

Porém, não se pode dizer, da mesma forma que Gramsci dizia em relação ao povo americano, que as massas de trabalhadores e os despossuídos do mundo inteiro estejam em “estado bruto”. Apesar das veleidades do “pensamento único” e da maciça adesão das mídias, em todos os terrenos (da crítica estética às análises econômicas e políticas), à ideologia neoliberal e pós-moderna é possível vislumbrar um “outro mundo possível”.

REFERÊNCIAS

- AHMAD, Aijaz. Cultura, nacionalismo e o papel dos intelectuais. In: WOOD, E.; FOSTER, J. B. (Org.). **Em defesa da história: marxismo e pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999. p. 59-73.
- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999. 258 p.
- BELLIGNI, Silvano. Hegemonia. In: BOBBIO, N. et al. **Dicionário de Política**. 4ª Ed. Brasília, DF: Editora da Universidade de Brasília, 1998. p. 579-581.
- BOBBIO, Norberto. **O conceito de sociedade civil**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982. 77 p.
- BONONI, Giorgio. A teoria gramsciana do Estado. **Le Temps Modernes**. Paris, n. 343, p. 992-1.082, fev. 1975.
- CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998. 611 p.
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999. 617 p.
- CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996. 335 p.
- COUTINHO, Carlos Néilson. **A democracia como valor universal e outros estudos**. Rio de Janeiro: Salamandra, 1984. 203 p.
- _____. **Contra a corrente: ensaios sobre a democracia e socialismo**. São Paulo: Cortez, 2000.
- _____. **Gramsci**. Porto Alegre: L & PM, 1981. 232 p.
- _____. **Marxismo e política: a dualidade de poderes e outros ensaios**. São Paulo: Cortez, 1994. 160p.

- GORZ, André. **Adeus ao proletariado**: para além do socialismo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982. 203 p.
- GRAMSCI, Antonio. Americanismo e fordismo. **Cadernos do Cárcere**, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 4, 2001, p. 239-82.
- HABERMAS, Juergen. A nova intransparência. **Novos Estudos**, n. 18, p. 103-114, set. 1987.
- HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. 6. ed. São Paulo: Loyola, 1992. 349 p.
- HOBBSBAWM, Eric. Adeus a tudo aquilo. In: BLACKBURN, Robin. **Depois da queda**: o fracasso do comunismo e o futuro do socialismo. 2. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, p. 93-106.
- KURZ, Robert. O complexo de Harry Potter. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 30 out. 2005. Folha Mais.
- _____. **Os últimos combates**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. 394 p.
- LINZ, J.; STEPAN, A. **A transição e consolidação da democracia**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- LIPIETZ, Alain. **Audácia**: uma alternativa para o século 21. São Paulo: Nobel, 1991. 238 p.
- LYRA, Rubens Pinto et al. **Teoria política: do Renascimento à contemporaneidade**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2007.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto comunista**. Buenos Aires: Claridad, 1967. 203 p.
- MELLO, João Manuel Cardoso de. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Brasiliense, 1982. 182 p.
- MÉSZÁROS, István. **Carta Maior**, São Paulo, 25 jul. 2006. Entrevista.
- NASCIMENTO, Elimar. **A universalidade de Gramsci**: guerra de posição e hegemonia. Campina Grande: Mestrado em Sociologia Rural, jun. 1983.
- OLIVEIRA, Francisco de. À sombra do manifesto comunista: globalização e reforma do Estado na América Latina. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Org.). **Pós-neoliberalismo II**: que Estado para que democracia? Petrópolis, RJ: Vozes, 1999. p. 68-78.

POULANTZAS, Nicos. **L'état, le pouvoir, le socialisme**. Paris: PUF, 1978. 300 p.

RIFKIN, Jeremy. **O fim dos empregos**: o declínio inevitável dos empregos e a redução da força global de trabalho. São Paulo: Makron Books, 1995. 348 p.

SILVA, Fernando de Barros e; CARIELLO, Rafael. "A política interna se tornou irrelevante", diz sociólogo. **Folha de S. Paulo**, 24 jul. 2006. Entrevista. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2407200614.htm>.

WOOD, Ellen. **Democracia contra capitalismo**: a renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo, 2003. 261 p.